

Comunidades tradicionais e seus roçados no entorno no Rio Jaú do Parque Nacional do Jaú – AM.

Traditional Communities and Their Swiddens in the Surroundings on the Jaú River at Jaú National Park – AM.

BRUNER, Amanda Paes Leme de Mello¹; Da SILVA, Giselle Sousa¹; SUZANO, Ellen Maria Gomes¹; FIORINI, Cibelle Vilela Andrade¹; PÊGO, Rogério Gomes¹.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, arplm@ufrj.br; giflorir@gmail.com; ellen.suzano@gmail.com; cibellefiorini@yahoo.com.br; engagropego@yahoo.com.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Manejo de Agroecossistemas

Resumo: Em meio a Floresta Amazônica, perduram-se alguns povos tradicionais. No Parque Nacional do Jaú (Novo Airão e Barcelos - AM), às margens do Rio Jaú, encontram-se cinco comunidades tradicionais, fixadas nesta região, antes mesmo da criação do parque, cuja área é destinada à proteção integral. Para compreender sobre a vivência destas comunidades tradicionais e suas dinâmicas em área de conservação, o presente estudo buscou trazer uma visão analítica, das práticas de cultivos tradicionais, através de visitas e metodologias participativas, para num futuro, planejar um plano de ação conservacionista. Observou-se que as comunidades tradicionais são assistidas pelo ICMBio, responsável por orientar as atividades agrícolas no parque. Os roçados possuem diversas culturas, destacando a mandioca e seus diferentes usos. Salienta-se a prática de queimadas, uma possível alternativa seria o emprego de sistemas agroflorestais, capaz de promover maior produtividade, de forma diversificada e sustentável.

Palavras-chave: unidades de conservação; amazônia; plantio de subsistência; plantio convencional; plantas nativas.

Introdução

O Parque Nacional do Jaú (PNJ), foi criado pelo Decreto nº 85.200 na data de 24 de setembro de 1980, numa área de aproximadamente 2.272.000 km. Jaú (do tupi ya'ú), é derivado de um dos maiores peixes brasileiros, o jaú (*Zungaro* sp.) (JESUS et al., 2020). Está localizado no Estado do Amazonas, entre os Municípios de Novo Airão e Barcelos, sob águas e paisagem da microrregião e limite ao leste no baixo Rio Negro, que se estendem até o Carabinani, ao sul e a do rio Unini ao norte, cujo parque é caracterizado por área de proteção integral (BRASIL, 2023).

Dentro do parque do Jáú, existem povos tradicionais que habitavam esse território antes mesmo da proposta da criação do parque. Povos tradicionais são pelo Decreto n. 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhece-os como:

“Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como



condição para sua reprodução [...], utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição" (BRASIL, 2007).

Na Amazônia, prevalece nas comunidades tradicionais uma relação de respeito entre homem-natureza, possibilitando uma gestão sustentável dos recursos naturais a partir do etnoconhecimento, essas formações sociais expressam sua própria cultura (LIRA E CHAVES, 2016).

São conhecidas cinco comunidades inseridas dentro do PNJ, e assim como outras comunidades ribeirinhas na Amazônia, estão localizadas às margens dos Rios. Isso se dá pela facilidade em se obter matérias primas da floresta. A forma singular em que a população se relaciona com a natureza é uma das características de populações tradicionais (ICMBio, 2014).

As casas são construídas com base em madeira, havendo sempre sua suspensão do solo (palafitas) e sua alimentação é baseada na produção de seus roçados como frutas nativas, como ingá, açaí, banana pacová, mandioca e farinha, ou da pesca de peixe ou ainda a caça, sendo o que não se produz é adquirido em comunidades próximas (OLIVEIRA; ANDERSON, 1999).

Assim, objetivou-se em expor um relato de vivência com as comunidades tradicionais, para conhecer a dinâmica do uso dos roçados como uma ação inicial que permita, futuramente, propor um plano de ação conservacionista e sustentável para melhoria da produtividade alinhada com os usos tradicionais da terra e a conservação da biodiversidade local.

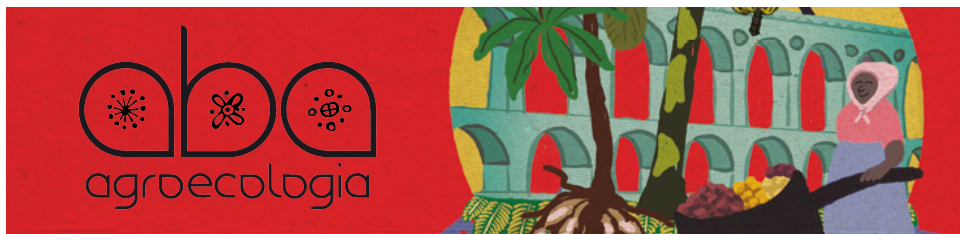
Metodologia

O presente estudo é exploratório sistemático, não estruturado. Buscou-se conhecer as características das comunidades tradicionais e de seus roçados tendo como teor os relatos pessoais dos moradores locais e visitas in loco das áreas produtivas; e, posteriormente, buscou-se compreender e embasar as características observadas suas causas e consequências, por meio de uma revisão bibliográfica de caráter analítico (LAKATOS; MARCONI, 2007). Os resultados desse trabalho foram obtidos em pela experiência com as comunidades tradicionais residentes no entorno do Rio Jaú, no Parque Nacional do Jaú. Um total de cinco comunidades visitadas e as observações e trocas baseadas na vivência dos moradores.

Como material de apoio, utilizou-se a revisão de literatura, classificada como temática do tipo analítico, conforme proposto por Müller; Bazzanella (2013), ao empregar este tipo de metodologia, procura-se descrever o assunto específico, tomando como tema as relações existentes e os aspectos importantes em torno do tema abordado, tornando possível entender o que é fundamental para agrupar as informações acerca de comunidades tradicionais, seus hábitos de cultivos em Unidades de Conservação.

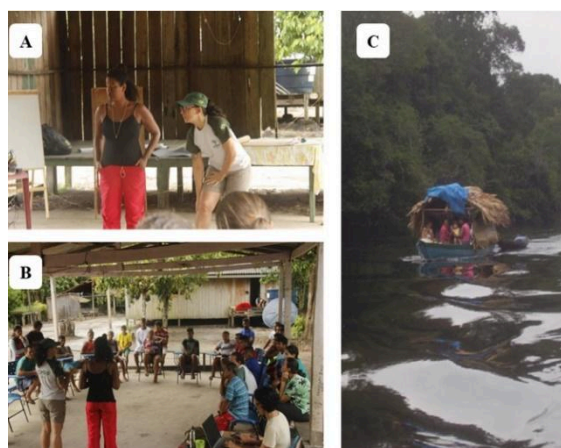
Resultados e Discussão

No Parque nacional do Jaú estão distribuídas 5 comunidades tradicionais ribeirinhas, nas quais foram todas visitadas em expedições assistidas por técnicos



do ICMBio, na seguinte ordem: Tambor, Serigalzinho, Patauí, Lázaro e Cachoeira. Dentre essas comunidades a Tambor é oficialmente reconhecida como quilombola, conforme a portaria nº 11, de 6 de junho de 2006 emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2006). Os encontros com as comunidades aconteceram juntamente com as facilitadoras (Figura 1A e 1B). Essas famílias tinham acesso às reuniões através de barcos conhecidos como rabeta, tipo de transporte comum na região (Figura 1C). Esse transporte também é o mais comum para visitas de outros parques ou ainda para transporte de materiais produzidos na comunidade. Devido ao tipo de transporte, muitas vezes as viagens são longas o que dificulta as trocas entre comunidades.

Figura 1 – Reuniões realizadas com moradores na comunidade do Tambor convocada pelo ICMBio. Reunião com as facilitadoras Giselle Sousa e Mariana Leitão (A); grupo de moradores das comunidades do Jaú (B); tipo de transporte utilizado pelos ribeirinhos para chegada ao local das reuniões (C)

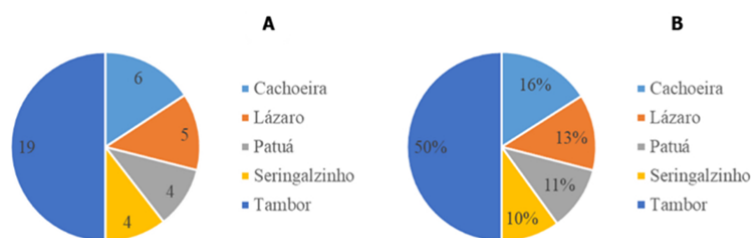


Fonte: Giselle Sousa Da SILVA, 2019

Dentre essas, a comunidade do Tambor é a maior em número de famílias, composta por 19 famílias. Essas comunidades são caracterizadas por residências dispostas ao longo das margens do Rio Jaú. No total, 38 famílias participaram das reuniões, sendo que 19 delas (50%) eram da comunidade do Tambor. A presença das demais famílias, por comunidade, foi de 5, 4, 6 e 4 para as comunidades de Lázaro, Serigalzinho, Cachoeira e Patuá, respectivamente (Figura 2A). A distribuição da área cultivada segue a mesma proporção dos moradores das comunidades (Figura 2B).



Figura 2 – Gráficos de distribuição de famílias (A) e porcentagem de roçados (B) das diferentes comunidades do Parque Nacional do Jaú, presentes nas reuniões



Fonte: Giselle Sousa Da SILVA, 2019.

As atividades de produção em roçados são autorizadas e gerenciadas pelo ICMBio. Como regras gerais, os moradores das comunidades locais devem priorizar o uso das capoeiras para abertura de áreas de roçado sendo permitida a abertura de, no máximo, 2 (duas) quadras, equivalente a 2 (dois) hectares por família por ano, as etapas de aberturas de roçados em mata bruta devem ser monitoradas pelo órgão gestor e respeitar a mata ciliar (ICMBio, 2014). Ainda de acordo com o ICMBio (2014), quando a queimada for utilizada para abertura de áreas de roçado, essa deve ser controlada e o fogo apagado no final. Além disso, para abertura das áreas, deve-se manter as árvores frutíferas e realizar o pousio (descanso) por no mínimo 2 (dois) anos de capoeira cultivadas, ressaltando a proibição do uso de agrotóxicos.

No período de visitação dos roçados e capoeiras para emissão de dados de áreas cultivadas, fora observado que a maior parte da área cultivada eram plantadas mandiocas, que compõe a base alimentar, sendo matéria prima para a produção de tapioca, a goma, o beiju e o tucupi. No entanto, também eram cultivadas banana, cana-de-açúcar, abacaxi, caju, milho, café, pimenta e diversos tubérculos com, por exemplo, batata e cará. Nas proximidades da casa, também havia o cultivo de ervas e temperos.

Em geral, o trabalho da roça é feito pelos vários membros do grupo doméstico, caracterizando assim uma produção familiar, e esporadicamente através de mutirão. Roças consideradas pequenas, ou seja, as que medem, segundo os moradores, aproximadamente meia quadra (cerca de 5.000m²), segue sendo um produto do trabalho da unidade familiar, enquanto as áreas de cultivo maiores são realizadas por parentes e compadres em “parceria”. Nesse caso, “o trabalho é exercido através de acordos verbais explícitos, que preveem a troca de dia” (FARIAS JUNIOR, 2012).

Durante as visitas observou-se que o fogo é ainda usado tradicionalmente para abertura de áreas de produção. Nestes encontros, ao início de cada reunião com moradores e líderes, foram discutidos como o fogo manejado de forma errada é prejudicial a todos os seres vivos envolvidos no ecossistema local, além disso, foi apresentada a possibilidade do manejo das áreas com o consórcio de outras plantas em capoeira, não exigindo a abertura de novas quadras por ano.



Foi apresentado também, a importância de uma cobertura morta ou viva, de forma permanente para a proteção e conservação do solo, excluindo a necessidade de queimada prévia. Reforçou-se que o emprego da queimada, como método tradicional de abertura de áreas de roçado, deve ser controlada e depende de prévia autorização junto ao ICMBio.

Os moradores dessa comunidade, relataram que após queimar as coivaras (conjunto de ramos e vegetação derrubada) a área fica imersa em cinzas. Esses agricultores tradicionais acreditam ser um benefício para o início do plantio das manivas (Figuras 3A e 3B).

Após a colheita das mandiocas, o roçado passa pelo processo de repouso (pousio), que é de quatro a cinco anos, formando assim as capoeiras, com a finalidade de recuperar a fertilidade do solo. O ICMBio recomenda um pousio mínimo de 2 anos após cada período de produção.

A produção de mandiocas é essencial para as comunidades tradicionais do entorno do Rio Jaú. Além de servirem como alimento, ainda é processada e o excedente é comercializado ou ainda trocadas por outros produtos fora das comunidades, essencialmente aqueles que não são produzidos localmente. Para o processamento, as comunidades construíram uma casa de farinha com fornos, onde as mandiocas são descascadas, moídas e processadas para a produção de farinha, beiju, tucupi ou goma (Figura 3C, 3D, 3E, 3F).

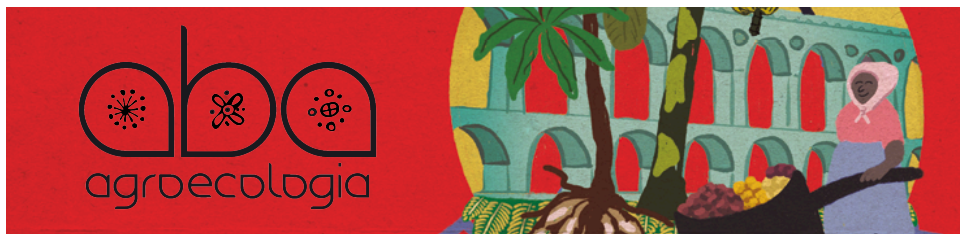
Figura 3 – Caracterização dos roçados apresentados a queimada (A); plantio de mandioca (B); casa de farinha (C); fornos de processamento de farinha (D); mandioca em água antes do processamento (E); moedor de mandioca (F), na comunidade do Tambor



Fonte: Giselle Sousa da SILVA, 2019.

Conclusões

O entorno do Rio Jaú, no Parque Nacional do Jaú em Amazonas, é composto por cinco comunidades tradicionais, sendo elas: Lázaro, Seringalzinho, Cachoeira e Patuá e Tambor. Nelas, o atual uso dos roçados ainda consiste em queimadas, fazendo-se necessário a implementação de manejo mais sustentável nestas áreas.



Nos roçados, são plantadas diferentes culturas, como banana, cana-de-açúcar, abacaxi, caju, milho, café, pimenta, tubérculos, ervas e temperos, destacando-se a mandioca e sua versatilidade, que funciona também como “moeda de troca” para demais produtos, preferencialmente aqueles que não são produzidos ali. Em alternativa às práticas tradicionais, propõe-se a adoção de sistemas agroflorestais, tornando os roçados mais produtivos, diversificados e sustentável, referindo-se a práticas que a ICMBio já recomenda, como a manutenção de plantas frutíferas e o subsequente pouso da área.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Informações Sobre Visitação – Parna do Jaú.** Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-do-jau/informacoes-sobre-visitacao-2013-parna-do-jau>. 2013. Acesso em: 30 mai. 2023.

FARIAS JÚNIOR, E. A. Roças quilombolas: conhecimentos tradicionais e territorialidades específicas no médio/baixo rio Negro. **CIÊNCIA & AMBIENTE**, v. 44, p. 156-168, 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Portaria nº 11, de Seis de Junho de 2006.** Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/06/2006&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=80>. Acesso em: 31 mai. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do rio Unini.** Novo Airão - Amazonas, Brasil. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed.5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: Organização Sociocultural e Política. **Interações**, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

JESUS, J. S.; BATISTA, C.; ALMEIDA, M. H. R.; REIS, S. T. **Programa Interpretativo do Parque Nacional do Jaú.** 2020.

MULLER, A. J.; BAZZANELLA, A. (Org.) ; TAFNER, E. P. (Org.) ; SILVA, E. (Org.) . **Metodologia Científica.** 1. ed. indaial: uniasselvi, 2013. v. 1. 206p
OLIVEIRA, R.; ANDERSON, E. S; “Gênero, Conservação e Participação Comunitária: O caso do Parque Nacional do Jaú. Junho/1999. **MERGE.** Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F0D00479.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023.